



Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

CONCURSO PÚBLICO/2013



CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo para o qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado nas suas folhas de respostas e de texto definitivo da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno de provas esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, ou quanto aos dados do cargo para o qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 5** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva folha de texto definitivo.
- 6** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.
- 8** Nenhuma folha deste caderno de provas poderá ser destacada.

**NÍVEL
SUPERIOR**

**TURNO:
MANHÃ**

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: 0(XX) 61 3448-0100, Internet — www.cespe.unb.br e sac@cespe.unb.br
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O direito e seu conjunto de atos e procedimentos
podem ser observados como atos literários, e um dos fatores
que pode explicar essa visão do direito como literatura é o fato
4 de que, devido à tradição positivista do direito, os atos
jurídicos são, via de regra, reduzidos a termo, isto é,
transformam-se em textos narrativos acerca de um fato. Sob a
7 ótica da literatura, esses atos escritos do sistema jurídico são
formas de contar e de repassar uma história. Assim, é
perfeitamente possível conceber, por exemplo, uma sentença
10 como uma peça com personagens, início, enredo e fim. Nessa
esteira de raciocínio, a citação de jurisprudência e precedentes
em uma petição seria um relato inserido em outro, adaptado à
13 necessidade de um suporte jurídico. Dessa forma, o literário é
intrínseco ao jurídico, que encerra traços da literatura pela
16 construção de personagens, personalidades, sensibilidades,
mitos e tradições que compõem o mundo social.

O direito é, por conseguinte, um contar de histórias.
Assim como os antigos transmitiam o conhecimento por
19 intermédio da oralidade, um processo judicial é, além de
processo de conhecimento, um conjunto de histórias
contrapostas uma à outra. Sua lógica sequenciada permite ao
22 juiz a compreensão do acontecimento dos fatos da mesma
forma que uma boa obra literária reporta o leitor ao
entendimento linear de sua narração. A correta narrativa
25 judicial é, portanto, um meio de se assegurar uma decisão
que responda às expectativas lançadas pela parte em um
procedimento judiciário.

Germano Schwartz e Elaine Macedo. **Pode o direito ser arte? Respostas a partir do direito e literatura.** Internet: <www.conpedi.org.br> (com adaptações).

Com referência às ideias desenvolvidas no texto acima e às estruturas linguísticas nele empregadas, julgue os itens a seguir.

- 1 O emprego da forma verbal “seria” (l.12), na terceira pessoa do singular, deve-se à concordância com a expressão “a citação de jurisprudência” (l.11), que exerce a função de núcleo do sujeito dessa forma verbal.
- 2 No primeiro parágrafo, as expressões “conjunto de atos e procedimentos” (l.1), “os atos jurídicos” (l.4-5) e “esses atos escritos do sistema jurídico” (l.7) são parte de rede semântica construída no texto que inclui, por exemplo, “sentença” (l.9) e “petição” (l.12).
- 3 Embora reconheçam a ligação entre direito e literatura, os autores do texto compartilham uma visão do direito como ciência ligada a paradigmas positivistas, como demonstrado no trecho “tradição positivista do direito” (l.4).
- 4 Depreende-se das informações veiculadas no segundo parágrafo que, para os autores, a obra literária de qualidade deve permitir ao leitor compreender a sequência da narrativa.
- 5 Conclui-se da leitura do texto que, dado o importante papel da escrita na ligação entre direito e literatura, interpretações de casos jurídicos como narrativas literárias são inconcebíveis em sociedades ágrafas.

1 Eu resolvera passar o dia com os trabalhadores da
estiva e via-os vir chegando a balançar o corpo, com a comida
debaixo do braço, muito modestos. Em pouco, a beira do cais
4 ficou coalhada. Durante a última greve, um delegado de polícia
dissera-me:

— São criaturas ferozes! (...)

7 Logo que o saveiro atracou, eles treparam pelas
escadas, rápidos; oito homens desapareceram na face aberta do
porão, despiram-se, enquanto os outros rodeavam o guincho e
10 as correntes de ferro começavam a ir e vir do porão para o
saveiro, do saveiro para o porão, carregadas de sacas de café.
Era regular, matemático, a oscilação de um lento e formidável
13 relógio.

Aqueles seres ligavam-se aos guinchos; eram parte da
máquina; agiam inconscientemente. Quinze minutos depois de
16 iniciado o trabalho, suavam arrancando as camisas. Não
falavam, não tinham palavras inúteis. Quando a pilha de sacas
estava feita, erguiam a cabeça e esperavam nova carga. Que
19 fazer? Aquilo tinha que ser até às 5 da tarde. (...)

Esses homens têm uma força de vontade incrível.
Fizeram com o próprio esforço uma classe, impuseram-na.
22 Hoje, estão todos ligados, exercendo uma mútua polícia para
a moralização da classe. A União dos Operários Estivadores
consegue, com uns estatutos que a defendem habilmente, o seu
25 nobre fim. (...)

Que querem eles? Apenas ser considerados homens
dignificados pelo esforço e a diminuição das horas de trabalho,
28 para descansar e para viver.

João do Rio. **Os trabalhadores de estiva. In: A alma encantadora das ruas.** Paris: Garnier, 1908. Internet: <www.dominiopublico.gov.br> (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, relativos às ideias do texto acima e às estruturas linguísticas nele utilizadas.

- 6 O emprego da forma verbal “resolvera” (l.1), no pretérito mais-que-perfeito, indica que o narrador tomou a decisão de “passar o dia com os trabalhadores da estiva” (l.1-2) antes da ocorrência do evento narrativo principal do texto.
- 7 Com o período “Era regular (...) formidável relógio” (l.12-13), o autor descreve a ida e vinda dos trabalhadores entre o porão e o saveiro, em termos que aproximam o ritmo da atividade humana ao da atividade das máquinas.
- 8 A correção gramatical e o sentido original do texto seriam preservados caso o trecho “Esses homens têm (...) impuseram-na” (l.20-21) fosse reescrito do seguinte modo: Esses trabalhadores eram de uma força de vontade extraordinária, porquanto estabeleceram uma associação independente que se tornou de afiliação obrigatória.
- 9 Seriam mantidas a correção gramatical e a coerência do texto caso o último parágrafo fosse reescrito da seguinte forma: O que quer essa união a não ser sua dignidade como trabalhadores e a redução das horas reconhecidas, para que possam descansar e viver?
- 10 O texto revela realidades jurídicas associadas, por exemplo, a relações de trabalho e a direitos sindicais.

1 De início, não existiam direitos, mas poderes. Desde
 2 que o homem pôde vingar a ofensa a ele dirigida e verificou
 3 que tal vingança o satisfazia e atemorizava a reincidência, só
 4 deixou de exercer sua força perante uma força maior.
 5 No entanto, como acontece muitas vezes no domínio biológico,
 6 a reação começou a ultrapassar de muito a ação que a
 7 provocara. Os fracos uniram-se; e foi então que começou
 8 propriamente a incursão do consciente e do raciocínio no
 9 mecanismo social, ou melhor, foi aí que começou a sociedade
 10 propriamente dita. Fracos unidos não deixam de constituir uma
 11 força. E os fracos, os primeiros ladinos e sofistas, os primeiros
 12 *inteligentes* da história da humanidade, procuraram submeter
 13 aquelas relações até então naturais, biológicas e necessárias, ao
 14 domínio do pensamento. Surgiu, como defesa, a ideia de que,
 15 apesar de não terem *força*, tinham *direitos*. Novas noções de
 16 Justiça, Caridade, Igualdade e Dever foram se insinuando
 17 naquele grupo primitivo, instiladas pelos que delas
 18 necessitavam, tão certo como o é o fato de os primeiros
 19 remédios terem sido inventados pelos doentes. No espírito do
 20 homem, foi se formando a correspondente daquela revolta: um
 21 superego mais ou menos forte, que daí em diante regeria e
 22 fiscalizaria as relações do novo homem com os seus
 23 semelhantes, impedindo-lhe a perpetração de atos considerados
 24 por todos como proibidos. (...) Na resolução de seus litígios,
 25 não mais aparecia o mais forte e musculoso diante do menos
 26 poderoso pelo próprio nascimento e natureza. Igualados pelas
 27 mesmas condições, afrouxados na sua agressividade de animal
 28 pelo nascimento do superego, fizeram uma espécie de tratado
 29 de paz, as *leis*, pelas quais os interesses e os “proibidos” não
 30 seriam violados reciprocamente, sob a garantia de uma punição
 31 por parte da coletividade.

Clarice Lispector. *Observações sobre o fundamento do direito de punir*. In: Aparecida Maria Nunes (Org.). *Clarice na cabeceira*. Rio de Janeiro: Rocco, 2012, p. 67-8 (com adaptações).

A respeito do texto acima, julgue os próximos itens.

- 11 Constrói-se no texto uma dicotomia que opõe fraqueza, racionalidade e inteligência, de um lado, a força física, primitivismo e agressividade animalesca, de outro, sendo a formação da sociedade entendida como o resultado do embate entre esses dois opostos das qualidades humanas.
- 12 Nos trechos “que a provocara” (ℓ.6-7) e “que daí em diante regeria” (ℓ.21), o pronome “que” exerce, em ambas as ocorrências, a função de sujeito.
- 13 A correção gramatical do texto seria prejudicada caso, na linha 21, a expressão “daí em diante” fosse isolada por vírgulas: (...) que, daí em diante, regeria (...).
- 14 Os elementos “Igualados” (ℓ.26) e “afrouxados” (ℓ.27), assim como “fizeram” (ℓ.28), estão ligados por relação que os associa à ideia de **homem**, descrito em linhas gerais, no texto, como “o mais forte e musculoso” (ℓ.25) e “menos poderoso pelo próprio nascimento e natureza” (ℓ.25-26).
- 15 Sem prejuízo para o sentido original do texto e para sua correção gramatical, o segundo período pode ser reescrito da seguinte forma: Assim que pôde se vingar da ofensa sofrida e perceber que essa vingança lhe era agradável e útil para repelir novos ofensores, o ser humano nunca deixou de impor sua força as pessoas mais fracas.
- 16 O princípio da explicação dada pela autora para a criação dos direitos é comparado àquele que motiva a criação de remédios e pode ser expresso pelo seguinte dito popular: A necessidade e a fome aguçam o engenho.
- 17 O texto tem caráter predominantemente dissertativo e argumentativo, embora nele possam ser identificados trechos que remetam ao tipo narrativo.

Brasília – DF, 24 de outubro de 2012.

Assunto: **retificação do Relatório Justiça em Números no sítio do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça oferece aos tribunais a oportunidade de retificarem os respectivos dados após publicação dos relatórios do Sistema **Justiça em Números**. Em abril de 2012, o TJDF/2013 promoveu, na base de dados desse sistema, a correção de seus indicadores relativos aos anos de 2009, 2010 e 2011.

Entretanto, no **Relatório Justiça em Números 2010**, publicado no sítio desse Conselho, não se considerou as correções efetuadas pelo TJDF/2013 nos seus mencionados indicadores, o que implicou na apresentação, nesse referido relatório, de informações equivocadas a respeito desta Corte de Justiça.

Como o resultado apresentado não reflete a realidade da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, solicita-se a Vossa Excelência a republicação do Relatório Justiça em Números ou, caso não seja possível, a publicação de erratas com os dados corretos referentes ao TJDF/2013.

Respeitosamente,

Desembargador Fulano
 Presidente do
 Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Considerando as disposições do **Manual de Redação da Presidência da República** (MRPR), julgue os seguintes itens, relativos ao documento oficial acima, reproduzido, com adaptações, do sítio www.tjdft.jus.br.

- 18 O documento oficial em tela não respeita algumas características do padrão ofício, como a enumeração dos parágrafos e a identificação do tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão expedidor.
- 19 Devido ao fato de a autoridade a que se destina o documento ser tratada por “Vossa Excelência”, o endereçamento abaixo estaria adequado para figurar no envelope do expediente em questão. A Sua Excelência o Senhor Ministro Cicrano Corregedor Nacional de Justiça Anexo I – Supremo Tribunal Federal, Praça dos Três Poderes CEP 70.175-901 – Brasília. DF
- 20 O conteúdo e a estrutura do documento estão adequados para uma exposição de motivos, pois propõem a uma autoridade hierarquicamente superior sugestão de medida a ser adotada: a retificação de informações constantes no **Relatório Justiça em Números 2010**.
- 21 De acordo com as disposições do MRPR, seria correto substituir a oração “Como é do conhecimento de Vossa Excelência” tanto por **Como Vossa Excelência foi informada** quanto por **Como Vossa Excelência foi informado**.
- 22 Para se adequar o parágrafo iniciado pela expressão “Entretanto” ao padrão culto exigido nas comunicações oficiais, seria suficiente reescrever a oração “não se considerou as correções efetuadas pelo TJDF/2013 nos seus mencionados indicadores” da seguinte forma: não foram consideradas as correções efetuadas pelo TJDF/2013 nos seus mencionados indicadores.

Com relação ao ambiente Windows e a aplicativos de edição de textos e de navegação na Internet, julgue os itens a seguir.

- 23 No Windows XP, a função de gerenciamento do computador permite que diversas atividades de manutenção em computadores locais e remotos sejam realizadas, como, por exemplo, gerenciar recursos compartilhados, visualizar usuários conectados e interromper serviços do sistema.
- 24 No Windows, quando um ícone associado a um arquivo for arrastado para um disco diferente do atual, será criada uma cópia do arquivo, sendo mantido o arquivo no disco de origem.
- 25 O Word possui recurso de inserir, de forma automática, sem interferência do usuário, índice no documento em edição, o que é feito quando são reconhecidos os títulos dos itens do documento.

No que se refere à segurança da informação, julgue os itens que se seguem.

- 26 *Worm* é um *software* que, de forma semelhante a um vírus, infecta um programa, usando-o como hospedeiro para se multiplicar e infectar outros computadores.
- 27 A autoridade certificadora, que atua como um tipo de cartório digital, é responsável por emitir certificados digitais.
- 28 *Firewall* é um equipamento para redes que armazena e gerencia o *software* de antivírus, para garantir que toda a rede estará isenta de ataques maliciosos realizados por programas de computador.

Julgue os itens subsequentes, relativos à ética no serviço público.

- 29 A penalidade de demissão pode ser aplicada a servidor público que deixa de utilizar os avanços do conhecimento e da ciência para desempenhar, com mais qualidade, suas atribuições e responsabilidades.
- 30 A qualidade dos serviços públicos depende fortemente da moralidade administrativa e do profissionalismo de servidores públicos.
- 31 A procrastinação é uma conduta que pode configurar ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, por gerar atrasos e ineficiência do serviço público.
- 32 O poder-dever de agir do servidor público revela-se quando ele cumpre seu dever para com a comunidade e para com os indivíduos que a ela pertencem.
- 33 Quando prejudica a reputação de um colega de trabalho, o servidor pratica ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- 34 A modicidade das tarifas cobradas pela prestação de serviços públicos é um exemplo da conduta ética do Estado para com a sociedade.

A respeito de aspectos diversos relativos ao cenário geopolítico brasileiro e mundial, julgue os próximos itens.

- 35 Por meio do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, o governo brasileiro pretende aumentar significativamente o número de vagas em presídios e reduzir o número de presos em delegacias de polícia, transferindo-os para cadeias públicas.
- 36 O sucessor de Hugo Chávez enfrentará dois grandes desafios no comando do governo da Venezuela: a violência no país e a alta taxa de analfabetismo, uma das maiores da América do Sul.
- 37 A internação compulsória de usuários de *crack*, uma das metas do plano de governo ***Crack, é possível vencer!***, foi adotada, na maioria das capitais brasileiras, como política pública de combate ao uso de drogas.
- 38 A despeito da tradicional rivalidade existente entre Brasil e Argentina no campo esportivo, a escolha do cardeal Jorge Mario Bergoglio como sucessor do papa Bento XVI não reforçou a disputa entre esses países, pois, embora seja considerado argentino por ter sido arcebispo daquele país, Bergoglio é, efetivamente, filho de pais argentinos, mas cidadão italiano.
- 39 Encontra-se em tramitação no Senado Federal proposta de emenda à Constituição Federal que prevê a expropriação de terras urbanas e rurais de empresas ou pessoas que abrigarem trabalhadores sujeitados a trabalho escravo, devendo as terras expropriadas ser encaminhadas para reforma agrária ou uso social.
- 40 O governo brasileiro pretende tornar permanente e ostensiva a fiscalização contra o desmatamento ilegal na Amazônia Legal, razão por que criou uma força nacional de segurança ambiental permanente na região, modelo de fiscalização que inclui serviços de inteligência com o envolvimento de órgãos governamentais e um programa de ação que será conduzido pelo Exército.